

VIII Jornadas Patagónicas de Investigación y III Jornadas Patagónicas de Extensión Ciencias Económicas. Trelew- Chubut. Noviembre de 2017.

Filiación Académica: Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP

Título del Trabajo: Estado e Industrialização Pesada no Brasil: Revisitando o Plano de Metas e desvendando as suas contradições

Autor: Acson Gusmão Franca

Contacto: acson_franca@yahoo.com.br

Dimensión: Dissertação de Mestrado

Resenha

A presente pesquisa tem como principal objetivo compreender a relação estabelecida entre o capital internacional com o desenvolvimento capitalista brasileiro durante o Plano de Metas (1956 – 1961). Além disto, a mesma versa demonstrar especificamente como o Estado brasileiro criou no interior do processo da execução dessas metas setoriais as possibilidades para viabilizar a internacionalização, uma vez que se manteve subordinado aos interesses do capital internacional.

Para a realização desses objetivos propostos, de antemão, fez-se necessária à leitura das principais referências teóricas que discutiram esta problemática, tais como: Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes, dentre outros. Ademais, serão realizadas consultas fontes primárias no intuito de obter documentos oficiais, séries históricas, legislações específicas, dentre outros dados e informações referentes aos planos e ao período analisado, como: 1) Fluxo de investimento direto estrangeiro no Brasil; 2) Balanço de Pagamentos; 3) O Movimento Geral da Internacionalização Brasileira; 4) Fluxos Líquidos de Capitais Internacionais para o Brasil; 5) Endividamento Externo; 6) Privatizações etc.

Uma vez elencados os objetivos gerais e específicos, bem como a metodologia do desenvolvimento desse estudo, a seguir será apresentada uma revisão bibliográfica contendo o marco teórico e as considerações parciais da presente pesquisa que ainda está em execução.

Após a irrupção do capitalismo monopolista, ocorrida no imediato pós II Guerra Mundial houve uma reorganização sistema de produção vigente, de modo que as novas operações comerciais, financeiras e industriais realizadas nos mercados globais estiveram sob o comando da grande corporação (FERNANDES, 2005). Neste íterim que se desenvolveu no centro capitalista um novo padrão de acumulação baseado na relação entre o planejamento estatal e a expansão dessa grande empresa norte-americana, configurando a fase inicial do processo de internacionalização do capital: a fase da internacionalização produtiva, quando o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente de origem norte-americana internacionalizou os mercados internos (CAMPOS, 2009).

Nesta situação, a periferia era o único espaço disponível para a expansão do capitalismo, sendo que o seu controle passou a ser fundamental para o mundo capitalista. A economia brasileira, por exemplo, passou a ser uma das grandes receptoras destes capitais que atraídos pela concentração de renda, adentraram ao espaço nacional, na forma de IDE, no intuito de promover a industrialização pesada. O avanço da industrialização no Brasil dependia diretamente da capacidade do

Estado brasileiro romper certas limitações e construir formas de monopolização do capital, desenvolvendo uma base integrada e tecnologicamente autônoma de bens de capital, ou seja, a industrialização pesada. (BELLUZZO; COUTINHO, 1998).

Em consonância a isto em fins de 1956, Juscelino Kubitschek, após vencer as eleições elaborou o plano mais bem articulado e estruturado da história do desenvolvimento capitalista nacional: o Plano de Metas. O referido plano consistiu num conjunto de 30 metas setoriais, orientadas em dar continuidade ao processo de substituição das importações e superar os principais pontos de estrangulamento que impediam a expansão industrial da economia brasileira (LESSA, 1983). Para tanto, um documento oficial disponibilizado pelo Conselho de Desenvolvimento do governo apresentava esse conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos a serem realizados nos setores de Energia, Transportes, Alimentação, Indústria de Base e Educação com conclusão prevista de 5 a 10 anos.

No intuito de facilitar o entendimento do leitor, foiselecionada uma pequena parte destas metas contidas no plano, como pode ser sumariado a seguir:

Setor de Energia

Meta 1 – Energia Elétrica: Elevação da potência instalada de 3.000.000 para 5.000.000 kW (quilowatts) até 1960 e ataque de obras que possibilitarão o aumento para 8.000.000 kW em 1965.

Meta 2 – Energia Nuclear: Instalação de uma central atômica pioneira de 10.000 kW e expansão da metalurgia dos minerais atômicos.

Setor de Transportes

Meta 7 – Ferrovias (construção): Construção de 2.100 km de novas ferrovias e 280 km de variantes, assim como o alargamento de 320 km para bitola de 1,60 m.

Meta 8 – Rodovias (pavimentação): Pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovia, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956.

Setor de Alimentação

Meta 13 – Produção Agrícola (trigo): Aumento da produção de trigo de 600.000 para 1.200.000 t.

Meta 14 – Armazéns e Silos: Construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742.000 t.

Setor de Indústrias de Base

Meta 19 – Siderurgia: Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes de 1.000.000 para 2.000.000 t por ano em 1960, e para 3.500.000 t em 1965.

Meta 27 – Indústria Automobilística: Implantação da indústria automobilística para produzir 170.000 veículos nacionalizados em 1960.

Setor de Educação

Meta 30 – Pessoal Técnico: Intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da Educação para o Desenvolvimento, com a instalação de institutos de formação especializada.

Tendo em vista o grave quadro de tensões políticas e desequilíbrios crescentes vivenciados pela economia brasileira no biênio 1954-55, a implementação do Plano de Metas dependia primeiramente da criação de instrumentos capazes de resolver antigos problemas internos, ambos relacionados ao financiamento, acesso às tecnologias, centralização e controle das decisões. Diante disso, para colocar o Plano de Metas em prática, o Estado brasileiro, além dos recursos próprios, optou por adotar um padrão de financiamento que trilhava pelas linhas de menor resistência, ou seja, que aderiu ao financiamento externo através dos influxos de investimento direto estrangeiro (IDE) e empréstimos externos (CAMPOS, 2009). O problema do atraso tecnológico, refletido principalmente na ausência de autonomia do capital nacional, foi solucionado por meio da entrada de investimentos externos e da importação de bens de capital, facilitada com a nova política cambial, imposta pela Instrução nº 113 da SUMOC (TIRONI, 1979).

A política do capital estrangeiro era a única via aberta à continuidade do processo de substituição das importações, já que o conjunto de práticas sugeridas por essa política para a obtenção de recursos externos seria vital e eficaz ao êxito do plano, ainda que as mesmas viessem a incorrer num alto custo para a nação.

Após superar essas dificuldades iniciais, Juscelino Kubitschek decidiu criar um aparato burocrático para atuar na coordenação e controle do processo decisório, e também na remoção dos obstáculos encontrados na implementação do Plano de Metas, mantendo as prerrogativas do Poder Executivo. Essa alternativa indicada, também conhecida como “administração paralela”, representaria um esquema racional, dentro de um sistema de planejamento, coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento (CD), o qual era formado por órgãos estatais existentes com tarefas específicas, como: a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), mais os novos órgãos executivos ou de assessoria, os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o CPA (Conselho de Política Aduaneira) (LEOPOLDI, 1991).

Dentro dessa divisão de tarefas se estabeleceria o tripé desenvolvimentista, composto pelo Estado, o capital externo e o capital privado nacional, como uma forma de dividir as tarefas e orientar os campos de atuação das indústrias dos diferentes ramos durante o ciclo expansivo. (SERRA, 1998). Essa tentativa de centralizar o processo de formulação da política econômica através da administração paralela nutria a crença de que o Estado brasileiro detinha o controle sobre todo o processo de formulação e execução do Plano de Metas.

No entanto, a realidade mostrou-se absolutamente oposta a isto. Ao criar, por meio de decretos, os grupos executivos para atuarem na coordenação e execução das metas de forma a incentivar a participação de empresas privadas nacionais e preferencialmente multinacionais, Juscelino Kubitschek permitiu que se consolidasse internamente uma aliança entre o capital internacional e o poder executivo nos diferentes setores industriais abrangidos pelas metas do plano. A centralidade adquirida por estes grupos lhes conferiu uma autonomia para atuarem diretamente na execução do Plano de Metas defendendo os interesses do capital internacional, como foi o caso do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), Grupo Executivo da indústria de construção naval (GEICON), Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE) etc. O primeiro destes teve papel fundamental no crescimento industrial alcançado pela economia brasileira no período.

Desse modo, à medida que os projetos setoriais mais estratégicos para os interesses do capital internacional se concretizavam, como aqueles localizados no setor industrial e energético, novas filiais de grandes empresas multinacionais se instalavam na economia brasileira, as quais garantiam a conexão da burguesia brasileira ao imperialismo (controle externo) e aos anacronismos da sociedade colonial (controle interno) (PRADO JUNIOR, 1966). O dinamismo que esses empreendimentos imprimiram à industrialização pesada respondia aos interesses das classes dominantes, já que assegurava não apenas a modernização nos seus padrões de consumo, mas também as novas oportunidades de negócios que se abriam ao associar direta ou indiretamente às empresas transnacionais (FURTADO, 1972).

Em suma, essa breve exposição nos permite fazer algumas considerações. Não se pode negar que a realização da maior parte dessas metas fez avançar a industrialização e a modernização da economia brasileira de forma rápida e progressiva, trazendo resultados significativos nos setores de energia elétrica, petróleo, construção e pavimentação de rodovias etc. No entanto, por trás de todo esse “progresso” cresceu o acúmulo de sucessivos déficits no balanço de pagamentos, acarretados em grande parte pelas remunerações externas do IDE, tais como: remessas de lucro, dividendos, *royalties* ou assistência técnica, ingressados aqui após publicação da Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Ao drenar para o exterior todos os lucros aqui produzidos, esse tipo de investimento criou um ônus cada vez mais pesado para a economia do nosso país, o que resultou na sua crise que se alastrou pela década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4.ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Conselho do Desenvolvimento. *Programa de Metas*. Rio de Janeiro, 1958.
- CAMPOS, F.A. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-2002)*. 2009. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- FERNANDES, F.A. *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1972.
- LEOPOLDI, M.A.P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do Governo JK. In: (Org.) GOMES, A. C. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1991.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983
- PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: (Orgs.) BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4.ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- TIRONI, L.F. *Política Econômica e Desenvolvimento Tecnológico – Diversificação ou Especialização no setor de bens de capital sob encomenda*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1979.